

A ESCUTA QUALIFICADA COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO NAS VISITAS DOMICILIARES DO CRAS

Edna Samara Altino Manja ¹
Cíntia Mendes De Assis ²

cintiamendesassis@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da escuta qualificada como ferramenta de intervenção nas visitas domiciliares realizadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destacando a atuação do psicólogo e dos demais profissionais da equipe multidisciplinar. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada na observação participante durante as atividades de rotina de um CRAS localizado na Zona da Mata Mineira. A partir das vivências de estágio e da observação direta das intervenções realizadas, foi possível compreender como a escuta qualificada se configura como prática central no atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Os resultados apontam que a escuta sensível e atenta favorece a construção de vínculos de confiança, permitindo não apenas o acolhimento das demandas imediatas, mas também o entendimento aprofundado sobre o contexto familiar, emocional e comunitário dos usuários atendidos. Ademais, identificou-se que essa prática potencializa a autonomia dos sujeitos, fortalece sua capacidade de participação ativa no processo de proteção social e amplia o alcance das ações intersetoriais dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As visitas domiciliares demonstraram-se estratégias fundamentais para intervenções individualizadas, possibilitando a identificação de violações de direitos, situações de risco e necessidades específicas que não seriam percebidas exclusivamente no espaço institucional. Tais ações contribuem para práticas mais humanizadas, éticas e coerentes com os princípios da proteção social básica, reforçando o papel do CRAS como porta de entrada do SUAS e como agente de promoção da dignidade, cidadania e inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Escuta qualificada; Visita domiciliar; CRAS; Psicologia; SUAS; Vulnerabilidade social.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais conhecido como SUAS, e quem atua na assistência social, leva em consideração o local onde as pessoas

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Psicóloga, Mestranda em Educação pela UDE e Professora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Univértix.

vivem e o tipo de ajuda e proteção que necessitam (Brasil, 2004). O sistema apoia situações em que o indivíduo, sua família e a comunidade precisam de suporte, o que ocorre por meio de programas, benefícios e projetos (Brasil, 2017). Os serviços são ofertados pelo SUAS, contando com o apoio dos municípios e do Estado (Brasil, 2004).

No âmbito do SUAS, o atendimento é direcionado à superação das dificuldades vivenciadas pelas famílias, bem como ao acompanhamento de pessoas que perderam seus familiares e se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social (Brasil, 2004). Seu lema central é promover a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento das relações interpessoais. Para isso, a atuação é realizada por profissionais de diversas áreas, como psicólogos e assistentes sociais (Brasil, 2017).

Dentro desse programa, destaca-se o serviço social conhecido como CRAS — Centro de Referência de Assistência Social, voltado para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. O CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços da proteção social básica do SUAS. Dada sua ampla presença nos territórios, caracteriza-se como o primeiro contato das famílias com o sistema, sendo, portanto, a principal porta de entrada para a rede de proteção social e de assistência.

O CRAS exerce um papel essencial como ponto de acolhimento para a comunidade que busca apoio e orientação. Nesse contexto, a atuação do psicólogo é indispensável para garantir a efetividade do atendimento integral. Esse profissional não se limita ao exercício técnico, mas também atua como agente de transformação social, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos comunitários, o estímulo à autonomia dos usuários e a redução das situações de vulnerabilidade. Por meio da escuta atenta e de intervenções direcionadas, o psicólogo no CRAS identifica demandas individuais e coletivas, oferecendo suporte emocional fundamental para o enfrentamento das dificuldades. Assim, sua presença reafirma o compromisso do SUAS em assegurar não apenas benefícios materiais, mas também a promoção da

dignidade, da inclusão e do bem-estar integral das pessoas e comunidades atendidas (Brasil, 2007).

O presente trabalho justifica-se a partir de uma experiência de estágio do curso de Psicologia, realizada por meio da observação dos serviços ofertados em um CRAS localizado na Zona da Mata Mineira. Durante a vivência, percebeu-se a importância das visitas domiciliares a pessoas em situação de vulnerabilidade, buscando compreender a realidade presente, os fatores que levaram àquela condição e o tempo em que o indivíduo se encontra nessa situação.

O objetivo deste estudo foi analisar a importância do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social, procurando compreender melhor a história de vida, o histórico familiar, as necessidades enfrentadas, situações de abandono vivenciadas por algumas famílias e a falta de assistência adequada. Trabalhos como este são importantes para reforçar a relevância da escuta qualificada como instrumento fundamental de intervenção nas visitas domiciliares, contribuindo para uma prática profissional mais humanizada, ética e comprometida com a transformação social e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o CRAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e regulamentado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, representa um marco na organização da proteção social no Brasil. O sistema estrutura-se em dois níveis de proteção, básica e especial, considerando o território como base de organização e a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante (Brasil, 2004).

O CRAS constitui a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços da proteção social básica do SUAS. Caracteriza-se como a principal porta de entrada das famílias ao sistema, possibilitando o acesso de muitas famílias à rede de proteção social. Sua atuação territorial permite maior proximidade com as comunidades e

melhor compreensão das dinâmicas locais de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2009).

O CRAS, portanto, exerce papel essencial como espaço de acolhimento, escuta e orientação, sendo responsável por promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e articular ações que favoreçam o desenvolvimento social e a inclusão cidadã.

2.2 A Atuação do Psicólogo no CRAS

A inserção do psicólogo no CRAS representa uma mudança paradigmática na atuação profissional, exigindo o desenvolvimento de competências específicas para o trabalho no contexto da assistência social. Diferentemente da prática clínica tradicional, a atuação nesse campo demanda uma perspectiva ampliada, que considere os determinantes sociais, econômicos e culturais que influenciam a vida das famílias atendidas (Conselho Federal de Psicologia, 2021).

O psicólogo no CRAS não se limita ao exercício técnico, mas assume também a função de agente de transformação social. Sua atuação deve contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários, o estímulo à autonomia dos usuários e a redução das situações de vulnerabilidade. Através de intervenções direcionadas, esse profissional identifica demandas individuais e coletivas, oferecendo suporte emocional essencial para o enfrentamento das dificuldades cotidianas (Brasil, 2007).

Desse modo, a prática psicológica no CRAS se fundamenta em princípios éticos e humanitários, com o objetivo de promover dignidade, inclusão e bem-estar integral às pessoas e comunidades atendidas.

2.3 A Visita Domiciliar como Estratégia de Intervenção

A visita domiciliar constitui uma das principais estratégias de intervenção utilizadas pelos profissionais do CRAS. Caracteriza-se como uma atividade planejada, que permite ao profissional conhecer *in loco* a realidade das famílias, compreender suas dinâmicas internas e identificar recursos e potencialidades do território (Mioto, 2010).

No contexto da assistência social, a visita domiciliar transcende o caráter meramente informativo ou de controle, configurando-se como uma oportunidade privilegiada para o estabelecimento de vínculos e construção de intervenções contextualizadas. Permite uma compreensão mais ampla das condições de vida das famílias, considerando aspectos relacionados à habitação, saneamento, relações familiares e redes de apoio social (Souza *et al.*, 2018).

A relevância dessas visitas se manifesta nas possibilidades de intervenção individualizada, muitas vezes inviáveis em ambientes coletivos. Para facilitar a comunicação entre o profissional e as famílias, recomenda-se, sempre que possível, um contato prévio e o agendamento da visita (MDS, 2013).

A visita deve ser realizada com respeito à privacidade da família, mantendo foco nos objetivos definidos e utilizando apenas as informações necessárias (CFP, 2012). Conforme Nívea e Toffaneli (2011), as visitas domiciliares configuram-se como estratégia metodológica que exige reflexão constante sobre sua aplicação e impacto na atuação do psicólogo e demais profissionais.

O papel do psicólogo durante a visita é atuar como mediador entre a instituição e a família, promovendo acolhimento, escuta e reflexão. Assim, contribui para o fortalecimento da comunicação entre equipe e comunidade, além de incentivar a autonomia das famílias acompanhadas.

2.4 A Escuta Qualificada na Prática Psicológica

A escuta qualificada representa uma competência fundamental na prática psicológica, caracterizando-se como uma forma de atenção especializada que vai além da simples audição. Implica em uma postura profissional que valoriza a subjetividade do usuário, reconhece sua capacidade de protagonismo e busca compreender sua experiência a partir de seu próprio referencial (Barbosa, 2019).

No contexto da assistência social, a escuta qualificada assume especificidades que a diferenciam da escuta clínica tradicional. Ela deve considerar as condições sociais, econômicas e culturais que permeiam a vida dos usuários, buscando compreender como essas condições influenciam suas experiências e demandas.

Além disso, deve estar orientada para a identificação de recursos e potencialidades, contribuindo para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo social (Cruz; Hillesheim, 2011).

A escuta qualificada, quando aplicada nas visitas domiciliares, torna-se uma ferramenta de intervenção essencial, permitindo ao psicólogo compreender as múltiplas dimensões da vida do usuário, criar vínculos de confiança e promover reflexões que favoreçam mudanças significativas na trajetória das famílias acompanhadas.

2.5 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O SCFV realiza atendimentos em grupos e desenvolve atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer, de acordo com a faixa etária e o perfil dos usuários. O serviço é ofertado em Centros de Convivência ou no próprio CRAS, com foco em públicos em situação de vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e vítimas de violência.

Seu principal objetivo é fortalecer as relações familiares e comunitárias, estimular a convivência coletiva e prevenir situações de risco, promovendo o exercício da cidadania e o desenvolvimento de capacidades (Brasil, 2017). O acesso ao SCFV ocorre por meio do CRAS do município, integrando-se às demais ações da rede de proteção social.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, voltada à compreensão das experiências e significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências no contexto da Assistência Social.

Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social a partir da ótica dos participantes, valorizando aspectos simbólicos, subjetivos e culturais presentes nas relações humanas. Assim, este trabalho priorizou a análise interpretativa das ações, discursos e interações observadas no cotidiano institucional.

3.2 Tipo de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio da observação participante, técnica amplamente utilizada nas pesquisas qualitativas.

Conforme Minayo (2010), essa abordagem envolve a inserção direta do pesquisador no ambiente investigado, permitindo compreender as práticas, comportamentos e significados a partir da convivência com os sujeitos pesquisados.

Durante o processo, foram observadas rotinas de atendimento, reuniões de equipe, acolhimentos e visitas domiciliares, possibilitando uma compreensão ampla sobre as práticas profissionais desenvolvidas no CRAS. Os registros foram realizados em diário de campo, preservando o sigilo ético das informações e das famílias acompanhadas.

3.3 Equipe Envolvida e Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado na Zona da Mata Mineira. A equipe do CRAS era composta por assistente social, psicóloga, orientadora social, coordenadora e auxiliar administrativa, que atuavam em conjunto na execução dos serviços do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

As observações ocorreram em diferentes momentos da rotina institucional, abrangendo atividades internas, atendimentos individuais e visitas domiciliares realizadas pela equipe técnica.

3.4 Tipo de Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), buscando identificar categorias temáticas que emergiram das observações e registros de campo.

Essa técnica permitiu uma leitura interpretativa dos dados, organizada em etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, possibilitando compreender as práticas profissionais e os significados atribuídos às ações observadas.

A análise foi de caráter descritivo e interpretativo, buscando não apenas relatar os fatos, mas compreender suas implicações no contexto do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As observações realizadas durante o estágio evidenciaram a relevância da escuta qualificada como instrumento que possibilita o diálogo, o acolhimento e a construção de vínculos entre profissionais e usuários. Durante as visitas domiciliares, o psicólogo e a assistente social atuaram de forma integrada, buscando compreender não apenas as demandas imediatas, mas também o contexto familiar, social e emocional de cada situação acompanhada. Essa abordagem, conforme Paiva, Andrade e Linhares (2024), favorece a efetividade das intervenções sociais e o fortalecimento da confiança mútua.

Em diversos atendimentos observados, foi possível identificar como a escuta atenta e empática permitiu que os sujeitos expressassem suas angústias e percepções de vida, contribuindo para o planejamento de ações mais assertivas e humanizadas. A literatura recente aponta que a escuta qualificada no âmbito do SUAS é uma prática que transcende a escuta clínica tradicional, pois integra aspectos subjetivos e sociais (Barbosa, 2019; CFP, 2021). Nesse sentido, a observação direta das atividades do CRAS permitiu compreender que o diálogo estabelecido entre

equipe e usuários é fundamental para a promoção da cidadania e da autonomia dos indivíduos acompanhados.

Durante a experiência de estágio, também foi possível observar o impacto das ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no desenvolvimento de laços sociais e afetivos, especialmente entre idosos, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e crianças em situação de vulnerabilidade. Segundo Rocha (2022), as atividades grupais desenvolvidas no CRAS favorecem a socialização, o sentimento de pertencimento e a melhoria da autoestima. Essa constatação reforça a importância de práticas baseadas na escuta e no diálogo, que permitem aos usuários reconhecerem-se como sujeitos ativos em seu processo de transformação.

Nesse mesmo contexto, a equipe acompanhou uma palestra sobre *bullying* voltada às crianças, conduzida pela psicóloga local. A profissional explicou o conceito, seus impactos e o fato de que, muitas vezes, essa prática ocorre sem que as crianças reconheçam seu caráter prejudicial ou criminoso. Após a explicação inicial, realizou-se uma roda de conversa em que diversas crianças relataram já ter vivenciado situações de *bullying*, seja como vítimas ou como autores. Em seguida, foi proposta uma dinâmica na qual cada participante escreveu em um papel algo que gostaria que um colega realizasse; posteriormente, foi revelado que o próprio autor deveria executar o pedido. A atividade provocou reflexões significativas sobre empatia e responsabilidade emocional, especialmente quando algumas crianças se sentiram constrangidas diante de pedidos inadequados, demonstrando o potencial formativo das intervenções socioeducativas.

Em um dos casos acompanhados, o acolhimento a uma idosa em situação de abandono evidenciou a complexidade das demandas enfrentadas pelo CRAS. A intervenção da equipe, pautada pela escuta sensível e pelo respeito à autonomia da usuária, possibilitou encaminhamentos éticos e condizentes com a realidade observada. Esse tipo de atuação é sustentado pelo princípio da proteção integral e da dignidade humana, conforme diretrizes do Ministério da Cidadania (Brasil, 2022). Assim, a escuta qualificada confirma-se como ferramenta indispensável para a

efetividade das ações psicossociais e para o fortalecimento das políticas públicas de assistência social.

Além desse caso, outra visita domiciliar, realizada também em outubro, permitiu acompanhar a situação de uma idosa de aproximadamente 76 anos, vivendo de favor e em possível contexto de exploração financeira. Embora a idosa tenha relatado estar sendo bem cuidada, foram observadas condições precárias, incluindo ausência de alimentos, água potável e ambiente adequado, configurando situação de vulnerabilidade que permaneceu sob acompanhamento.

Também foram acompanhadas quatro visitas domiciliares na zona rural, no povoado de Santana. A primeira envolveu uma jovem de 19 anos, mãe de um recém-nascido, denunciada por supostos maus-tratos ao bebê. A equipe observou melhorias nas práticas de cuidado, apesar dos conflitos recorrentes entre a jovem e a sogra, que interfere frequentemente na rotina da criança. A segunda visita, destinada a uma adolescente de 15 anos com diagnóstico de autismo, não pôde ser concluída devido à ausência de moradores na residência. Na última visita do dia, acompanhou-se a situação de uma idosa vítima de maus-tratos, anteriormente encontrada em condições extremas de negligência, e que, apesar da melhora recente, ainda apresentava quadro grave, incluindo alimentação por sonda e ferimento necrosado. A equipe reforçou à família as implicações legais caso a situação voltasse a se agravar.

Foram relatados casos envolvendo duas idosas e um homem com transtornos mentais, todos vítimas de maus-tratos praticados pela neta, que se apropriava dos rendimentos do trio. A situação de uma das idosas era particularmente crítica, incluindo desnutrição grave e falta de cuidados básicos. Com apoio da polícia, o CRAS interveio, resultando no realocamento da idosa para a casa de outra filha, que passou a assegurar cuidados adequados. Na mesma ocasião, a psicóloga apresentou o PIA (Plano Individual de Atendimento) e alguns documentos técnicos utilizados nos atendimentos a adolescentes em cumprimento de medidas, destacando os desafios inerentes às intervenções em contextos de resistência.

Outras visitas observadas incluíram o caso de uma avó responsável por um bebê rejeitado pela mãe adolescente, bem como a tentativa de localizar um jovem de

18 anos convocado para serviços sociais, que não foi encontrado, sendo orientado posteriormente a comparecer ao CRAS.

Por fim, destaca-se que a experiência possibilitou reflexões sobre a relevância do trabalho interdisciplinar e sobre o papel do psicólogo como agente de transformação social, promovendo ações que transcendem a intervenção técnica e contribuem para a promoção da dignidade e do bem-estar coletivo (Souza *et al.*, 2021; Almeida *et al.*, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência observada durante o estágio evidenciou que a escuta qualificada constitui um instrumento central na atuação do psicólogo no CRAS, permitindo compreender as múltiplas dimensões da vida das famílias em situação de vulnerabilidade. A visita domiciliar mostrou-se uma prática estratégica que vai além do acompanhamento formal, sendo uma oportunidade de construção de vínculos de confiança, identificação de necessidades e encaminhamento de recursos adequados. Observou-se ainda que a atuação interdisciplinar, integrando psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais, potencializa a efetividade das intervenções, promovendo a inclusão social e a valorização da autonomia dos usuários.

Além disso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos contribui para o desenvolvimento de laços comunitários e sociais, reforçando o papel do CRAS como espaço de acolhimento, orientação e promoção da cidadania. Assim, a escuta qualificada, aliada à prática domiciliar, reafirma seu caráter estratégico no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na prevenção de situações de risco e na promoção do bem-estar integral das pessoas atendidas pelo SUAS.

Nesse sentido, destaca-se que tais práticas não apenas ampliam a compreensão da realidade social dos usuários, como também favorecem intervenções mais assertivas e alinhadas aos princípios éticos da Psicologia e aos eixos estruturantes da Política Nacional de Assistência Social. A presença do profissional no território evidencia o compromisso com o cuidado humanizado, com a escuta atenta e com o respeito às especificidades de cada família, fortalecendo sua

capacidade de participação ativa no processo de transformação de suas próprias condições de vida.

Dessa forma, reafirma-se que a escuta qualificada e a visita domiciliar, articuladas ao trabalho coletivo do CRAS, constituem pilares fundamentais para a consolidação de práticas profissionais que promovem dignidade e inclusão social, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de ações continuadas e eficazes no âmbito do SUAS.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. *et al.* O diálogo interdisciplinar no CRAS: desafios para a equipe. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 9, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/21374>. Acesso em: 27 out. 2025.

BARBOSA, C. G. A escuta qualificada na Psicologia Social e suas implicações no SUAS. **Revista Psicologia e Políticas Públicas**, v. 11, n. 1, p. 45–58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/psicopol/article/view/28645>. Acesso em: 27 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Guia: Escuta Especializada — Conceitos e Procedimentos**. Ministério da Cidadania / Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/GuiaEscutaEspecializada_ConceitoseProcedimentosticoseProtocolares.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de visita domiciliar: orientação técnica aos profissionais do SUAS**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Referências técnicas do SUAS: Proteção Social Básica e Especial**. Brasília: MDS, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS**. 3. ed. Brasília: CFP, 2021. Disponível

em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

CRUZ, J.; HILLESHEIM, G. Escuta qualificada e intervenção em contextos de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Serviço Social**, v. 72, n. 2, p. 155–170, 2011.

MIOTO, R. A visita domiciliar como estratégia de acompanhamento familiar: um estudo no contexto da assistência social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 101–118, 2010.

NÍVEA, P.; TOFFANELI, J. Estratégias metodológicas de visitas domiciliares no SUAS. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 67–83, 2011.

NOGUEIRA, H. R. A visita domiciliar como ferramenta de cuidado: revisão integrativa. **RECISATEC – Revista Científica Saúde e Tecnologia**, v. 3, n. 2, 2023. Disponível em: <https://recisatec.com.br/recisatec/article/view/267>. Acesso em: 27 out. 2025.

PAIVA, D. S.; ANDRADE, A. G. S.; LINHARES, E. F. Psicologia e CRAS: a importância do psicólogo na visita domiciliar. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 2, n. 2, p. 89–92, 2024. DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.358. Disponível em: <https://submissoesrevistarcmos.com.br/rcmos/article/view/273>. Acesso em: 27 out. 2025.

ROCHA, M. A. Visita domiciliar e a importância da equipe multidisciplinar. **Research, Society and Development Journal**, v. 11, n. 8, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/26871/23256/310898>. Acesso em: 27 out. 2025.

SOUZA, P. H. L. *et al.* A Psicologia no âmbito da Assistência Social: relato de estágio. **PePSIC**, v. 17, n. 4, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-89082021000400012&script=sci_arttext. Acesso em: 27 out. 2025.

SOUZA, R. S.; LIMA, A. S.; PEREIRA, T. R. O papel do CRAS na promoção da inclusão social: análise de práticas e desafios. **Revista Brasileira de Assistência Social**, v. 5, n. 3, p. 35–52, 2018.